

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXI • Outubro / Novembro / Dezembro 2022 • Nº 118

TOMAR INICIATIVA PELA JUSTIÇA SALARIAL



A Direcção da ANS e de O Sargento
Desejam Feliz Natal e Próspero
Ano Novo a todos os Militares e Amigos





EDITORIAL

A Consciência de Classe e a Importância de Votar para Continuar a Lutar!

Conforme convocatória e artigo publicados nesta edição do jornal "O Sargento", no final de Janeiro do próximo ano vamos ser chamados a exercer o direito de voto que, para além de ser um direito pessoal, constitui um dever assente numa elevada consciência de classe.

Conforme estabelece a nossa lei fundamental - a Constituição da República Portuguesa, com a qual estamos comprometidos sob a forma de juramento - no seu Artigo 49º, é bem claro que o exercício do direito de sufrágio é pessoal e constitui um dever cívico!

Assim, tendo bem presente estes preceitos constitucionais, não podemos deixar de nos empenhar e participar activamente nos actos eleitorais, quaisquer que sejam, a que sejamos chamados. Não apenas para exercer um direito, mas, acima de tudo, para cumprir um dever!

Assim, uma vez mais, cumprindo o previsto nos Estatutos e no Regulamento Interno Geral, e cumprindo princípios e valores democráticos, os sócios da Associação Nacional de Sargentos serão chamados a eleger os Órgãos Sociais que irão conduzir os destinos desta estrutura representativa de classe, durante o biénio 2023/2024!

É de elevada importância a participação dos associados neste acto eleitoral, acto de grande significado na luta que os Sargentos de Portugal sempre travaram para terem o direito a ter uma voz. Uma voz que lutou para existir, que lutou para se instalar, que lutou para que não a calassem, que lutou para que não a dividissem, que lutou sempre, que se organizou, que se prestigiou e que é respeitada por inúmeros sectores da sociedade, mas que não pode nem deve descansar.

É uma voz que tem de continuar a reforçar-se, que tem a permanente exigência de procurar melhorar para melhor se fazer ouvir de modo a conseguir alcançar as necessárias e justas condições socioprofissionais para os Sargentos de Portugal e suas famílias.

Apesar das limitações impostas pela cada vez maior redução do poder de compra e da qualidade de vida, estão a ser preparadas todas as condições para os sócios que, desejavelmente, queiram e possam votar presencialmente. Natural e obviamente, também estão a ser criadas as necessárias condições e mecanismos

para que os sócios cujo voto presencial não seja possível, possam exercer o seu direito, e cumprir o seu dever, através do voto por correspondência.

É fundamental a participação eleitoral dos associados numa altura em que, apesar das dificuldades impostas por um quadro legislativo altamente limitativo e redutor, a voz dos Sargentos nunca deixou de se fazer ouvir e de se bater, com os meios possíveis, para obter melhores condições socioprofissionais. Contudo, muito mais há por fazer! Por isso é importante a participação da massa associativa no acto eleitoral de 28 de Janeiro de 2023!

Tendo a consciência que a participação directa e activa dos homens e mulheres, que servem Portugal como Sargentos das Forças Armadas, na vida e rumo da sua associação representativa de classe na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, não deixemos de participar também neste acto eleitoral.

Não deixemos que o comodismo, o derrotismo, o cepticismo, discursos de teor populista, ou pior ainda, o preconceito ideológico ou o desconhecimento, nos iniba de participar activa e conscientemente em todos e quaisquer actos eleitorais para os quais sejamos chamados.

Tendo presente o exemplo e a memória daqueles que tanto sofreram, sujeitos aos mais variados tipos de perseguições e castigos para termos o que hoje temos, e até daqueles que, no limite, deram as suas vidas na luta pela liberdade e pela democracia, saibamos com elevada consciência de cidadania, e no caso particular, com elevada consciência de classe, não deixar de exercer este direito, cumprindo o nosso dever, estando firmemente convictos da importância do acto de votar!

Esta é também uma forma de luta! Esta é também a demonstração da disponibilidade para continuar a lutar pelas condições de vida e de trabalho, pelo respeito das condições socioprofissionais, sociais e assistenciais para os Sargentos de Portugal e suas famílias. Não deixemos nas mãos de outros aquilo que por nós deve ser decidido e conduzido!

Sabendo que para além das questões inerentes à luta por uma efectiva Justiça Salarial, existem inúmeras matérias sobre questões fundamentais para o desenvolvimento da carreira, para o respeito pelo

desempenho funcional, para o reconhecimento de nível académico de formação, para a necessária assistência social e médica e medicamentosa, entre outras, que exigem a continuidade da luta que os Sargentos há muitos anos travam!

E se para reforçar as condições desta luta for fundamental lutar por necessárias alterações legislativas no que concerne à capacidade de representação jurídica dos

associados, à capacidade de negociação colectiva, com vínculos, em regime de efectivo diálogo social, então, apoiemos as equipas de dirigentes associativos que, seguramente, com determinação e com a confiança em si depositada pela massa associativa, tudo continuarão a fazer para alcançar os objectivos de melhores condições para os Sargentos de Portugal e suas famílias. ▲

ELEIÇÕES na ANS para o BIÉNIO 2023/2024



Na anterior edição do jornal "O Sargento" (edição nº 117), sob o título "Acto Normal na Actividade Associativa" demos conta que se aproxima o final do mandato dos actuais Órgãos Sociais, e assim, no próximo dia 28 de Janeiro de 2023, nas instalações da Casa do Alentejo, na Rua das Portas de Santo Antão, nº 58, em Lisboa, a partir das 09:00 horas, irá decorrer a Assembleia Geral Eleitoral para a eleição dos Órgãos Sociais da ANS que conduzirão os seus destinos no biénio 2023/2024.

Está aberto o espaço para apresentação de listas de candidatura a estas eleições, de acordo com o estipulado nos Estatutos e no Regulamento Interno Geral da ANS.

Conforme o Artigo 28º do Regulamento Interno Geral, as listas de candidatura que se possam vir a constituir, deverão dar entrada na sede da ANS, dirigidas à Mesa da Assembleia Geral, até às 18:00 do próximo dia 6 de Janeiro de 2023.

Ainda de acordo com o texto deste Regulamento, cada lista de candidatura deverá conter a designação dos membros a eleger, com a identificação dos seus componentes (nome, idade, posto, ramo, local onde presta serviço e número de associado), indicação do órgão e cargo a que se candidata e a identificação de dois representantes (mandatários) da lista.

As listas de candidatura terão de ser subscritas por, pelo menos, 100 (cem) associados, com indicação do nome legível, assinatura, ramo a que pertence e número de sócio.

As listas só serão consideradas quando apresentem candidatos a todos os órgãos sociais e cada candidato só pode apresentar-se numa lista de candidatura.

Consciente das suas responsabilidades e obrigações, a Direcção da ANS já iniciou os trabalhos necessários para preparar a lista que apresentará a sufrágio, de modo a que a continuidade deste projecto de defesa dos interesses da classe seja assegurada, particularmente quando continuamos a viver situações de profunda injustiça, em diversos planos, socioprofissionais, sociais e assistenciais.

Nesse sentido, a Direcção também já está a providenciar os meios e mecanismos necessários para que todos os associados vejam respeitado o seu direito de votar e possam assim cumprir o seu dever, quer seja presencialmente na Assembleia Eleitoral, quer seja por correspondência. O que se deseja, e para isso se apela à massa associativa, é que a participação seja efectiva no exercício do acto de votar. De qualquer forma, em caso de dúvidas ou para solicitar mais informações, pode ser contactada a sede da ANS, os seus dirigentes ou consultar a página em www.ans.pt.



Visitas da ANS às Unidades

Campo de Tiro (CT) e Aeródromo de Trânsito nº1 (AT1)

A ANS continua as visitas às Unidades Militares, um procedimento iniciado em 2019 que visa, no interior da Instituição Militar, informar os camaradas sobre o que é a Associação representativa dos Sargentos e qual o seu papel nas Forças Armadas Portuguesas, no Portugal democrático.

No passado 12 de Outubro de 2022 a palestra/debate realizou-se no CT, em Benavente, com uma delegação constituída por António Lima Coelho, José Galvão, João Ludovice da Silva e Luís Bugalhão, respectivamente Presidente e Secretários da Direcção, e Presidente da Assembleia Geral. Recebida pelo SMOR Évora, Adjunto do Comandante, que conduziu a delegação para uma sessão de recepção com o Comandante do CT, COR Canas, e o 2º Comandante, TCOR Silva. Esteve também presente nesta recepção o SMOR Veloso, o mais antigo dos Sargentos do Exército.

Após um pequeno debate que permitiu a

troca de pontos de vista sobre o que significam para os camaradas Sargentos este tipo de visitas, e a troca de lembranças da praça, a delegação deslocou-se para o Auditório da Unidade, onde mais de três dezenas de Sargentos assistiram à apresentação de Lima Coelho sobre a ANS. No final houve oportunidade de responder a algumas perguntas/dúvidas dos camaradas, sobre assuntos diversos que foram desde a atribuição de louvores e medalhas até ao sistema remuneratório dos Sargentos.

A delegação terminou a visita ao Campo de Tiro após o almoço, gentilmente oferecido pelo SMOR Évora.

A 14 de Novembro de 2022 foi a vez do AT1, no Figo Maduro, em Lisboa, com uma delegação constituída pelos António Lima Coelho, Rogério Graça, Norberto Mateus, José Galvão e Fernando Silva (respectivamente Presidente, Vice-presidentes, Secretário e Vogal, todos da Direcção), e foram recebidos pelo SMOR Paulo Mata,



Visita ao Aeródromo de Trânsito nº1



Visita ao Campo de Tiro

Adjunto do Comandante, pelo seu Comandante, COR Abel de Oliveira, e pelo Assessor do CEMFA para a categoria de Sargentos do CEMA, o SMOR Jorge de Sousa.

Com um figurino semelhante ao da sessão no CT, no Auditório do AT1 estiveram presentes mais de duas dezenas de camaradas para assistir à apresentação, após a qual houve também um período de debate para apresentação de dúvidas e propostas por parte dos presentes.

Estas visitas são importantes pois per-

mitem sublinhar o papel complementar da ANS na actividade militar junto dos camaradas no terreno, ou seja, nas Unidades onde estes desempenham as suas funções. Esta proximidade permite quebrar barreiras, desmistificar preconceitos, constituindo-se ao mesmo tempo como fonte de informação para a Direcção acerca dos problemas que afectam os Sargentos. Por isso, estas sessões irão continuar (à hora do fecho desta edição está a ser preparada uma visita ao RAME – Regimento de Apoio Militar de Emergência, em Abrantes).



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA



Nos termos da alínea a) do Artigo 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 3 do Artigo 12.º do Regulamento Interno Geral, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Eleitoral, a realizar no dia 28 de Janeiro de 2023, Sábado, nas instalações da Casa do Alentejo, sita na Rua das Portas de Santo Antão, nº 58, em Lisboa, pelas 09:00 horas, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Eleição dos Órgãos Sociais para o biénio 2023/2024 (Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção).

A Assembleia de Voto presencial funcionará das 09:00 às 13:00 horas.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do Artigo 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 12 de Dezembro de 2022

O Presidente da Assembleia Geral
Luís Manuel Marques Bugalhão



CERIMÓNIA DO DIA DO EXÉRCITO EM SANTARÉM



A convite do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), a Associação Nacional de Sargentos (ANS), no dia 23 de Outubro de 2022, fez-se representar pelo Presidente do Conselho Fiscal, Mário Pereira, na cerimónia de encerramento das comemorações do “Dia do Exército” que decorreram na cidade da Santarém.

De referir que o Dia do Exército Português tem como referência a celebração da tomada de Lisboa aos Mouros, a 24 de Outubro de 1147, pelas tropas de D. Afonso Henriques, que é, também, o Patrono do Exército Português.

Santarém foi a cidade que acolheu o Exército, entre 19 e 23 de Outubro de 2022, com o objectivo de demonstrar as capacidades e meios que possuiu ao serviço de Portugal e dos portugueses. No “Jardim da Liberdade”, era possível ver a exposição de diversos recursos utilizados pelo Exército no cumprimento das suas missões nacionais e internacionais, assim como demonstrações e actividades dinâmicas, entre as quais um hospital sanitário onde foram disponibilizados rastreios médicos à população.

Na manhã do dia 23 de Outubro, dia de encerramento das comemorações, foi realizada, na Sé da Catedral de

Santarém, a Missa de Acção de Graças e Sufrágio, pelo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Valério, onde foram evocados todos os militares e combatentes do Exército que deram a vida em defesa da Pátria.

Seguiu-se a cerimónia militar, no Campo Infante da Câmara, presidida pela Ministra da Defesa Nacional, acompanhada pelo CEME, pelo Presidente da Câmara Municipal de Santarém, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, do Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, entre outras entidades militares e civis.

As intervenções proferidas pelo CEME, como pela MDN, foram discursos muito coincidentes, numa abordagem próximo de tudo está bem e a correr bem, tanto para o momento actual, onde apenas o CEME fez referência à dificuldade de efectivos na vertente Praças, como para as previsões de investimento em equipamentos e modernização no futuro. No fundo, tudo está bem!

A Cerimónia Militar encerrou com o desfile das forças em parada e de forças motorizadas, tendo terminado com uma demonstração dos meios, valências e de capacidades que o Exército possui. As forças em parada eram

constituídas pelo Estandarte Nacional, Fanfarras e Banda do Exército, as Escolas Militares de Ensino (Colégio Militar e Pupilos do Exército), as Escolas de Ensino Militar (Academia Militar e Escola da Sargentos do Exército), Forças Especiais (Comandos, Operações Especiais e Paraquedistas) e Forças da Componente Geral (Armas e Serviços).

No Convento de São Francisco, anexo à antiga Escola Prática de Cavalaria (EPC), decorreu o almoço de confraternização, onde foi possível falar com diversos camaradas Adjuntos de Comandantes (Sargentos Mores e Sargentos-Chefes) sendo possível perceber que existe muita desmotivação e insatisfação pelas dificuldades e pelo estado em que se encontram as suas unidades, com gritante falta de efectivos, particularmente em Praças, condições de alojamento e bem estar muito degradados, sem messes salas/bares fechados, desempenho de funções em acumulação e casos de desempenho de funções de posto inferior. Ou seja, muito diferente do que se ouviu nos discursos feitos pelo CEME e pela MDN.

Mário Pereira ▲



Sargentos em Destaque no Tiro Desportivo

Realizou-se no dia 10 de dezembro o Campeonato Nacional de Pistola a 10 metros, prova organizada pela Federação Portuguesa de Tiro, com participação de 115 atletas, entre eles vários militares Sargentos dos vários Ramos das Forças Armadas em representação de diversos clubes e equipas, distribuídos pelos vários escalões.

De salientar a classificação geral em Absolutos, onde o SAJ/FAP João Costa se sa-

grou Campeão Nacional Individual, alcançado também o 3º lugar na classificação de Seniores, contribuindo para os Títulos de Campeão Nacional colectivo em Absoluto e Senior pela equipa que representa, o Sporting Clube de Portugal.

Registam-se também as participações do SAJ/EXE Nuno Viseu (6º), 1SAR/FAP Fernando Ferreira (23º), SCH/EXE Sérgio Fernandes (31º - 5º em Veteranos), SMOR/FAP Jorge Sousa (37º - 6º em Vete-

ranos), 1SAR/EXE Daniel Rodrigues (41º), SAJ/EXE Filipe Neves (44º) e SCH/EXE

Carlos Santos (57º).

O SMOR/FAP Jorge Sousa contribuiu para a conquista do título de Campeão Nacional colectivo em Veteranos, pelo SCP.

Também os 1SAR/EXE Nuno Viseu e Daniel Rodrigues contribuíram para que a Equipa de Tiro do Exército (ETE) alcançasse o 3º lugar em Absoluto e o 2º lugar em Seniores, e o SCH/EXE Sérgio Fernandes contribuiu para o 3º lugar em Veteranos. ▲



Eleição de Sargento Português!

Foi com grande satisfação que tivemos conhecimento que o nosso camarada, associado da ANS, Sargento-Ajudante Ivo Pinto, da Força Aérea, Recuperador-Salvador da Esquadra 751, foi recentemente eleito presidente da Associação Internacional de Recuperadores-Salvadores – EURORSA.



Esta associação, de âmbito internacional, foi criada com o objectivo de criar um fórum em que fosse possível partilhar experiências, ao mesmo tempo que proporciona uma aprendizagem mútua entre Recuperadores-Salvadores de todo o mundo.

Ivo Pinto ingressou na Força Aérea em 2000 e concluiu a sua formação como Recuperador-Salvador em 2010.

Antes de pertencer à Esquadra 751, onde actualmente se encontra colocado, passou pela Esquadra 552, ao serviço do “velhinho” Alouette III, entretanto substituído pelo helicóptero Koala.

E porque o associativismo se desempenha em inúmeros e diversos sectores, ao nosso camarada Ivo Pinto a ANS deseja os maiores sucessos no desempenho do cargo para o qual foi agora eleito. ▲



RAMMFA e EMFAR – Mistura tóxica! Conjugados, contribuem para escassez de efectivos

ANS anda a avisar há anos: o Artigo 185º (Exclusão da promoção), do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), é gerador de injustiças gritantes, para lá de condenar à situação de Reserva compulsivamente militares altamente especializados e competentes. Numa altura em que se permite a passagem à situação de Reserva apenas aos 55 anos de idade, não deixa de ser irónico (e aviltante) que se obriguem camaradas a passarem a esta situação porque foram ultrapassados na promoção.

Mas, se a coisa já era má, com a entrada em vigor da Portaria nº 301/2016, que publicou o famigerado Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), alterado pela primeira vez em 14 de Novembro de 2022, através da Portaria nº 275/2022, uma alteração que veio sublinhar e agravar a sua vertente punitiva, conforme a ANS afirmou no Comunicado 17/2022 desse mesmo dia, a situação passou de má a muito má! É que, não foi alterado nada para evitar as ultrapassagens em massa no processo de promoção por escolha (que, lembre-se, afecta também a promoção de 1SAR a SAJ; o EMFAR estabelece-o).

Nas últimas semanas, por exemplo, por via de um EMFAR injusto, conjugado com um RAMMFA feito para “engraxadores”, 3 Sargentos e 42 Praças foram chamados à Repartição de Pessoal da Armada para se-



rem informados que está prevista a sua passagem à situação de Reserva a partir de 31 de Dezembro de 2022. **São 45 militares do Quadro Permanente!**

Quer dizer, os camaradas da Armada andam exaustos, as guarnições mudam de navio, dos poucos que ainda operam, e de missão sem tempos de descanso; o pessoal em terra não tem mãos a medir com a sobrecarga de trabalho provocada pela escassez de efectivos; e pega-se em 45 militares especializados, todos com 20/30 anos de Quadro, e mandam-se para casa compulsivamente por terem sido ultrapassados 4 vezes! Será isto lógico?! Não será antes contraproducente?!

Esta situação contrasta com as melodiosas (e fora da realidade) medidas que a tutela (MDN) apresenta para combater as evidentes falhas de recrutamento e retenção. Não é por apresentarem pomposos Plano(s) de Acção para a Profissionalização do Serviço Militar (PAPSM), com variadíssimas comissões de acompanhamento, lideradas por várias personalidades (ou personagens, melhor dizendo), sempre as mesmas, de resto, que os problemas de escassez de ‘recursos humanos’, como agora se diz, se resolvem. Basta ver o que se passou com o Regime de Contrato Especial (RCE) – Medida B.14 do PAPSM, como pode o leitor verificar noutro artigo do jornal que tem na mão.

Como dizia um camarada nosso, velho marinheiro e lutador reformado, **“Há que dar um arrebeta nesta m...!”**. O EMFAR carece de inúmeras alterações e o RAMMFA não presta, nunca prestou e, juntos e combinados, só agravam os problemas pelos quais a instituição militar está a passar. E não tenhamos ilusões: muito do que está nestes

diplomas foi feito por militares! A tutela tem responsabilidades, mas os Chefes e os seus nomeados que integram os grupos de trabalho que pariram esta legislação, são também responsáveis.

Em 29 de Novembro de 2022 a agência LUSA noticiava *“Os deputados da Comissão de Defesa Nacional aprovaram hoje um requerimento do PCP para a audição da ministra da Defesa, do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e das associações profissionais de militares sobre as alterações ao regulamento de avaliação nas Forças Armadas.”*. Bom, é isso que esperamos há anos! Há até uma Resolução da Assembleia da República (AR) que, embora não obrigue, recomenda que se faça. Mas, veja o leitor, um dos deputados da Comissão de Defesa Nacional (por pudor, omitimos o seu nome), para além de querer substituir na audição a Ministra pelo CEMGFA (alegando que foi ele quem desenvolveu a revisão do RAMMFA; está o leitor a ver, não é?), ainda fez esta pérola de declaração: *“as associações profissionais de militares são “associações socioprofissionais” e não “sindicais”, tendo por isso “direitos muito circunscritos”, que não incluem o direito a um “processo de negociação” com as chefias militares.”!*

Ora é exactamente esse o problema. Não está incluído o direito à negociação! Ao arrempio do preceituado no artigo 2º da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, que a isso obriga, diz este senhor, deputado da Nação, que não temos esse direito. Então, senhor deputado, se a Lei existente não é suficiente para estabelecer mecanismos de negociação colectiva e efectiva com os **Cidadãos Trabalhadores em Uniforme**, com vínculos, altere-se a Lei. **Que a AR legisle no sentido do**



Sindicalismo Militar, à semelhança do que acontece em tantos países, tão frequentemente citados como exemplo, mas apenas noutras áreas, claro. É que, é por a ANS (Associação legitimamente representativa dos interesses socioprofissionais dos Sargentos de Portugal; não são os Chefes, nem a AR, nem o Governo) não ter direito à negociação colectiva, que os resultados estão há vista!

Recordando o início deste artigo, andamos há anos a avisar. Embora o exemplo citado acima seja na Armada, o mesmo se passa nos outros dois Ramos. Ou seja, com um RAMMFA a provocar todos os anos ultrapassagens em massa, misturado com a famigerada figura da exclusão de promoção por ultrapassagem prevista no EMFAR, e se a isso juntarmos as dezenas de militares que pedem o abate ao Quadro, todos os meses, vemos como **fica a mistura tóxica completa**. E não há PAPSM’s, nem estudos, nem comissões de peritos que diminuam a toxicidade desta mistura para envenenar a retenção e o recrutamento e, por consequência, o normal desempenho dos militares que servem Portugal e os Portugueses, nas Forças Armadas.

Para terminar, sublinhe-se que **continuaremos a lutar por um RAMMFA e por um EMFAR justos, que sirvam os militares e as Forças Armadas, e que não degradem o espírito de corpo e a coesão, promovendo interesses particulares e provocando injustiças, escassez de efectivos e desmotivação.**

Luís Bugalhão ▲

Trabalho no Núcleo da ANS de Ponta Delgada

No dia de 9 de Dezembro de 2022, o Núcleo da ANS de Ponta Delgada organizou uma jornada de trabalho associativo que decorreu no Auditório Francisco Cabral Teixeira, da Junta de Freguesia de São Roque, cujo mote, inicialmente ponderado, seria fazer o balanço da iniciativa de 19 de Novembro e as razões que levaram à mesma.

Com a participação de cerca de três dezenas de camaradas, em que se incluíam, como convidados, elementos da AOFA e da AP, a reunião acabou por ser muito mais

abrangente e, bem organizada, acabou por ir muito além de uma mera jornada de balanço da iniciativa “Por Justiça Salarial”!

Os membros do núcleo prepararam e abordaram diferentes temáticas, tais como: Pedro Melo falou sobre o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), suas consequências e alterações; Francisco Rolo apresentou um trabalho sobre as pensões de Reforma e a importância de lutar pela implementação da proposta de vencimentos da ANS; António Assunção analisou e apresentou os mapas das promoções, atrasos e suas razões, implicações e consequências; Vasco Brandão referiu o trabalho elaborado pelo núcleo, a necessidade do seu reforço e lançou desde já a preparação para as comemorações do 31 de Janeiro em 2023.

No final, o Presidente da Direcção da ANS usou da palavra, fazendo uma ronda pelos vários temas, reforçando algumas das ideias apresentadas, respondendo a algu-



mas questões levantadas, dando informações adicionais e terminou apelando à participação dos camaradas, e a mobilização de outros, para as iniciativas que se venham a realizar, quaisquer que elas sejam, de maior ou menor dimensão, porque a alternativa que temos é lutar pelos nossos direitos! Ningué(m) o fará por nós!

Facto interessante e de grande importância para o reconhecimento e implantação da ANS, através do seu núcleo em Ponta Delgada, foi a presença do presidente da Junta de Freguesia de São Roque, no Auditório, para cumprimentar os dirigentes, an-



tes de se iniciarem os trabalhos. Este facto permitiu uma troca de impressões sobre a relevância do trabalho da ANS e culminou com uma troca de livros para o acervo de ambas as bibliotecas: a da Junta de Freguesia de São Roque e a da ANS.

Dado relevante, indicador da importância dada a este evento, foi a presença, a meio da reunião, de uma equipa de reportagem da RTP Açores, que para além de cobrir os trabalhos, entrevistou o Presidente da Direcção da ANS.

Antes do encerramento dos trabalhos, procedeu-se à entrega da bandeira da ANS aos novos responsáveis pelo Núcleo desta associação em Ponta Delgada. ▲





(NR: Nas páginas 6 e 7 da edição anterior do jornal "O Sargento" publicou-se a primeira parte desta "História de Caserna". Nesta edição publica-se a segunda parte)

HISTÓRIA DE CASERNA - II

A razão do título – *História de Caserna* – prende-se com o facto de qualquer militar, durante a sua vida profissional, ter vivido momentos que lhe deixaram referências que o marcaram, quer pela positiva ou quer pela negativa e que ficaram registados para sempre na sua memória.

Naturalmente, como militar, também tenho as minhas *Histórias de Caserna*, histórias que gostaria de partilhar neste espaço do nosso jornal "O Sargento", porque as vivi na primeira pessoa, umas como profissional, outras como dirigente associativo.

As que mais marcas deixam ou que mais facilmente recordamos, mas de que menos falamos são, sem dúvidas, as histórias negativas. Não significa com isto que me limitarei a falar apenas de coisas boas, antes pelo contrário, é-me mais fácil abordar as coisas menos boas, porque as memórias são mais presentes e, por isso, mais fácil de apresentar e de contar a história.

Na(s) História(s) que venha a partilhar, não terá referências ou seja, serão omitidos nomes de pessoas, entidades, unidade ou outros. A referência temporal do seu acontecimento apenas terá o relevo para melhor situar o momento em que ocorreu e, assim, o leitor poder abarcar melhor a informação.

Passemos então à segunda História de Caserna:

Criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea (Parte-II)

O tempo foi passando e nos primeiros dias de Dezembro de 2018, recebo e-mail de um camarada Sargento da minha Unidade a divulgar a Petição Online "**Petição para a criação de um Quadro Permanente (QP) na Categoria de Praças, do Exército e da Força Aérea**", criada pela Associação de Praças (AP) e como se enquadra numa medida que, em minha opinião, pode levar à adesão e retenção de efectivos nas Forças Armadas, fiz a sua subscrição.



Agora vem a parte negativa da história!

Tendo em conta que, no início do ano, o Exército tinha levado a efeitos a solicitação de "*propostas de medidas com vista à retenção dos efectivos*" e porque dei o meu contributo, onde se incluía a criação dos QP de Praças para o Exército, foi meu entendimento que seria uma mais valia divulgar ao máximo esta petição.

Foi o que fiz uns dias depois, ao final do dia, e divulguei pelos endereços electrónicos do Exército. Para mais, o correio electrónico, disponibilizava a possibilidade de difundir a informação por "*grupos de distribuição*" das unidades, ou seja, esse endereço permitia distribuir a mensagem a todos os militares e civis que nessa unidade tivessem conta de correio electrónico, mas não os identificava. Assim, com pouco mais de meia centena de e-mail enviados a "*grupos de distribuição*" de UEO, a "*Carta a Garcia*" chegou a mais de 7000 contas de correio electrónico individual. E naturalmente, em poucas horas, o número de assinaturas da petição aumentou muito.

No dia seguinte, tinha "*estoirado a bronca*" na minha unidade! E eu, claro, era o "*mau da fita*" e então, há que actuar disciplinarmente, ou seja, o meu Comandante, ainda antes de chegar à unidade e sem saber o que se passava, já estava a receber telefonemas sobre o envio do meu e-mail, sendo pressionado para iniciar processo de averiguações. O que se veio a verificar.

Acontece que eu estava em final de carreira e à espera de ser promovido e perante esta "*bronca*", pensei que a promoção poderia ficar "*congelada*". Mas, em meados de Dezembro de 2018 é assinado o despacho da minha promoção ao posto de Sargento-Mor, com antiguidade a Outubro de 2018.

E o processo de averiguações a decorrer nos seus tramites normais. Mas como já tinha sido promovido, senti-me mais "*aliviado*", até porque é comum, no Exército, a afirmação que "*para se ser um bom militar tem de se ter louvores, condecorações e porradas!*"! Ora, louvores e condecorações já eu tinha, só faltava mesmo a "*porrada*" para encerrar a "*carreira em beleza*" (o que, de facto, eu não ambicionava).

Tendo atingido o topo da carreira de Sargento e tendo todas as condições legais (idade e tempo de serviço militar), decidi fazer a declaração para transitar para a situação de Reserva, a partir de 24 de Dezembro de 2018, o que se concretizou.

E o processo de averiguações continuou a decorrer, tendo sido arquivado em Março de 2019.

Agora, passados mais de três anos, com nova Legislatura e novo Governo (deste 30 de Março de 2022), e, pela primeira vez, o Ministério da Defesa nacional (MDN) é liderado por uma mulher, **parece que finalmente o QP de Praças para o Exército e Força Aérea, vai ser uma realidade**, porque na sua Intervenção, no Debate de Especialidade do Orçamento do Estado - OE2022 - em sede da Comissão de Defesa Nacional, a Sr^a. Ministra da Defesa Nacional, elencou os objectivos a alcançar, onde, para esta história, se destacam as seguintes afirmações:

"... O primeiro eixo são as PESSOAS. Quero reafirmar que faço desta a minha primeira prioridade de acção..."

De igual forma, nas primeiras visitas que fiz aos três ramos e ao Estado Maior General das Forças Armadas, tive a oportunidade de escutar os desafios com que as nossas Forças Armadas se continuam a deparar, incluindo os de recrutamento, retenção e transição para a vida civil após o fim dos contratos. Sabemos bem quais as

medidas que podemos e devemos adotar para melhorar essa situação. É por isso que aproveito esta oportunidade de para anunciar que iremos avançar com a criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea, um objetivo há muito almejado por estes ramos (negrito e sublinhado nosso). Espero ser possível, nos próximos meses, concretizar o processo legislativo necessário para concretizar esta importante medida, incluída já no Plano de Ação para a Profissionalização e no Programa de Governo. ..."



Esta história vem só mostrar a hipocrisia dos homens, no caso concreto, o QP de Praças para o Exército, parece que nunca fez parte da vontade dos chefes militares ou, por enquanto, desconhece-se que existisse interesse, vontade ou fosse "*cavalo de batalha*" para promover a "*adesão e retenção de efectivos*". Mas tendo em conta as afirmações da Sr^a. Ministra, afinal, era "*um objetivo há muito almejado por estes ramos*".

A sério? É que em finais de 2018 parece que não era! Agora já é? Grandes mudanças!

Em forma de conclusão:

Ainda bem que as eleições legislativas aconteceram e no pressuposto que não queremos mais do mesmo, por enquanto com homens iguais aos que ao longo dos últimos anos têm feito a (des)governança da Defesa (comissão liquidatária das FA), deixando-a no estado dramático e miserável em que se encontra, já só nos resta esperar que a Defesa, agora governada por uma mulher, tenha a sensibilidade, o conhecimento e a vontade em valorizar e reconhecer o papel das Forças Armadas e dos seus militares, e que seja, rapidamente, feito um sério investimento na melhoria das condições e meios que garantam o regular funcionamento e manutenção dos níveis operacionais dos ramos das Forças Armadas, possa e consiga, a Sr^a Ministra, cumprir com a sua "*primeira prioridade de acção: as PESSOAS*", e consiga "*avançar com a criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea, um objectivo há muito almejado por estes ramos*".

Quem diria que tal coisa fosse possível, mas parece que vai ser! Será???



EFFECTIVOS

REGIME DE CONTRATO ESPECIAL (RCE) E PLANO DE ACÇÃO PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR (PAPSM)

A propósito do Regime de Contrato Especial (RCE) – *MEDIDA B.14 do PAPSM* - no Exército, e mais precisamente em relação ao concurso aberto entre os dias 8 e 30 de Agosto passado, a ANS teve oportunidade de, através do seu *Comunicado Nacional nº 14/2022 de 22SET*, expressar a sua opinião. Chamou-lhe - *Regime de Contrato Especial - Praças do Exército - A montanha pariu um rato, ou mais um tiro nos pés?*

Isto porque, pese embora amplamente divulgado, para um total de 223 vagas, apenas surgiram 136 candidaturas. Com estes números, para a ANS, este concurso havia já sido um verdadeiro fracasso. Finalizado que está, agora, todo o processo do Concurso, o Exército, no passado dia 4 de Novembro, difundiu a lista dos candidatos admitidos ao RCE. E se a coisa já era má (repete-se, apenas 136 candidaturas (60% das vagas)), no final, o saldo é ainda bem pior que isto. Dessas 136 candidaturas, apenas 75 foram admitidas (55%)! Mas ainda pior que isto – acreditem, é sempre possível haver pior! - é perceber, de entre os 75 candidatos admitidos, qual a sua proveniência.

Assim, candidatos oriundos da situação de Reserva de Disponibilidade (ou seja, candidatos que já foram militares em regime de voluntariado ou de contratado (RV/RC)) são 50 (66% dos admitidos). Candidatos que estão nas fileiras (ou seja, que presentemente já são miliares na efectividade de serviço em RV/RC), são 23. Por fim, candidatos oriundos da situação de **Reserva de Recrutamento** (ou seja, cidadãos portugueses que estão sujeitos a obrigações militares desde o dia do ano em que completaram 18 anos de idade, até ao último dia do ano em que completam 35 anos de idade, em conformidade com o nº 6 do artigo 1º da Lei do Serviço Militar), foram 2. Repete-se, apenas,

2! Isto, traduzido por miúdos, e clarinho-clarinho para militares, e civis, perceberem, quer dizer o quê?:

- Que quem achava que este RCE seria mais uma galinha dos ovos de ouro em termos de recrutamento, com enorme potencial de atração de **novos** jovens cidadãos para as fileiras, mais uma vez, enganou-se redondamente!

Os nossos jovens, actuais, mostraram, de forma clara e inequívoca, o que não querem! **Não querem prestar serviço militar nas fileiras das Forças Armadas do seu país, nas condições que o seu país, actualmente, tem para lhes oferecer!**

E não querem estes nem a grande maioria dos militares do Quadro Permanente (QP)! É ver o número de pedidos de abate aos QP durante este ano (principalmente na Marinha)! Mas a esta outra folha d'obra lá iremos a seu tempo!

E bem pode a Ministra da Defesa Nacional apregoar, aos 7 ventos, sempre que é interpelada acerca do tema, que candidatos para as Forças Armadas não faltam! Diz ela que são 10.000 por ano... Que são os estudos que o mostram... Ainda gostávamos de saber onde arranja/"encomenda" a Sra. Ministra estes números... Certo-certo é que, depois, os resultados, no terreno, são estes!... Desastrosos! E como se isto não fosse já mau de mais, as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército (UEO) onde pertencem os candidatos que já são militares (repete-se, 23 candidatos), assim que começar o Curso (por falar nisso, quando será?), ficam sem eles... Ora, como essas UEO já lá têm "muitos militares", para melhorar a situação, perdem mais uns quantos...

"Mas a missão Camaradas, tem de se cumprir!". "É a Condição Militar!". É o que nos continuam a dizer os nossos chefes.

E cada vez há mais missões entregues pelo Ministério aos ramos!...



E os chefes militares o que dizem? "Sim, Senhora Ministra!". É que não dizem, não, a nada!

E mandam cumprir!...

E os do costume (Praças e Sargentos, e valha a verdade, alguns Oficiais – de baixas patentes) muito, mas mesmo muito mais (acumulando funções em cima de funções), com muito, muito menos efetivos, lá vão cumprindo, sabe Deus e as suas famílias como!

E o Comandante Supremo diz: "São os melhores do mundo!"

Mas no fim do mês, na conta bancária (das Praças, Sargentos e Oficiais – de baixas patentes), "tudo como d'antes (desde 2009), quartel-general em Abrantes". Aumentos? Só de trabalho!

Mas "meritocracia", do "excelente" Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar (PAPSM), a "bíblia" para o Recrutamento, Retenção e Reinserção nas Forças Armadas, baseado no "excelente" Estudo de Caracterização Sociodemográfica e de Satisfação Organizacional dos Militares do Regime de Voluntariado e de Contrato, dos três Ramos das Forças Armadas, estudo este coordenado pela Sra. Professora Helena Carreiras, já lhe foi reconhecida... Amén! Pena é a Ministra não estar abrangida e sujeita ao Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, pois, com tal trabalhinho, certamente ainda tinha ido mais além e não se ficaria por Ministra da Defesa Nacional...

Sra. Ministra, este PAPSM é um "equivoco"! (para não lhe chamar outra coisa).

Nunca ninguém o quis ver! E continuam a não querer!

Foi baseado num estudo que, quando implementado no terreno, estava completamente ultrapassado e desfasado do tempo e da realidade dos actuais jovens. O Ex-ministro da Defesa Nacional, Gomes Cravinho, a ex-Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Santos Pinto e o ex-Diretor Geral de Recursos da Defesa Nacional, Alberto Coe-

lho, a seu tempo, não o quiseram ver!...

E percebemos que, não é certamente, agora, a Ministra da Defesa Nacional (também uma das suas mentoras) que fará o acto de contrição... Mas seria louvável se o fizesse.

A Ministra bem pode acompanhar e monitorizar o PAPSM... A coisa já teve **COMISSÃO (DE ACOMPANHAMENTO)**, passou a **GRUPO DE TRABALHO (DE ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO)** e, agora, regressou novamente a **COMISSÃO (COORDENADORA DA IMPLEMENTAÇÃO) DO PLANO DE ACÇÃO PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR (PAPSM)**. Certo, é que os números cada vez são piores!

Por sinal, esta nova COMISSÃO, já lhe devia ter apresentado resultados em 31 de Outubro passado, certo?... Nós, aguardamos, expectantes, o que lhe apresentarão... Cheira que a tábua de salvação deve passar pela apregoada criação do Quadro de Praças (no Exército e Força Aérea)... E se for por aí, se for esse o trunfo, damos desde já uma ajudinha (e de borla)... Não se esqueçam de ver é o que se passa com os pedidos, quase diários, de abate ao QP das Praças da Marinha... Será que é por essas Praças, do QP, estarem contentes com a Instituição?

Camaradas, para finalizar, que a prosa já vai longa, fica mais esta pergunta. E quem é que preside, agora, a esta Comissão Coordenadora da Implementação do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar?

- Pois, é isso! A ex-Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Santos Pinto... (titular da pasta quando o PAPSM foi implementado em 2019...).

Camaradas, tirem as vossas conclusões (mas não se esqueçam que, nesta mesma Comissão, e em todas as anteriores, também lá estão, e estiveram, os representantes do EMGFA, da Marinha, do Exército e da Força Aérea)...

Autor devidamente identificado ▲





No passado dia 19 de Novembro de 2022, as ASPP/PSP, ANS, APG/GNR, AOFA e AP juntaram-se numa acção de protesto junto à residência oficial do Primeiro-ministro, dando continuidade à luta por melhores condições salariais e de carreira.

No seguimento das demonstrações públicas levadas a cabo pelas Associações Profissionais de Militares (APM) de insatisfação e repúdio por um regime remuneratório que não é revisto há 13 anos, desta vez os legítimos representantes dos Militares das Forças Armadas uniram-se aos maiores organismos que representam as Forças de Segurança, a ASPP/PSP e APG/GNR.

Com efeito, depois, por exemplo, da entrega, em 14 de Junho de 2021, de uma petição com 7720 assinaturas a requerer à Assembleia da República a revisão e alteração do Sistema Remuneratório dos Militares (a qual passou ao estado de 'Proposta para apreciação em plenário' em 27 de Outubro deste ano, 16 meses depois!); é caso para dizer que, para certas instituições, demora sempre muito agendar a discussão 'destes assuntos'..., e da realização da Tribuna Pública do passado dia 25 de Outubro de 2022, as APM decidiram unir a sua luta à luta dos polícias e dos guardas, todos, tal como os militares, **Cidadãos Trabalhadores em Uniforme**, demonstrando assim ao poder executivo que, apesar da maioria absoluta que o suporta, o que até agora ofereceu a estes portugueses, pilares da Defesa



Paulo Amaral - AP

ACÇÃO DE PROTESTO – 19 NOV 2022 JUSTIÇA SALARIAL, Senhor Prim

e Segurança do país, não passa de «*uma mão cheia de nada*», junto com «*mais um rol de promessas vazias*».

Isso mesmo foi expresso de maneira evidente no OFÍCIO CONJUNTO (ver caixa) que as Estruturas Associativas e Sindicais de Profissionais das Forças de Segurança e de Militares das Forças Armadas pretendiam entregar a António Costa. Contudo, numa demonstração de profundo desrespeito, dir-se-á mesmo de desprezo, pelas centenas de protestantes presentes à sua porta, o líder do governo nem um mero assessor ou funcionário conseguiu disponibilizar para receber a delegação das entidades organizadoras da acção. Lá está: para alguns, é muito difícil enfrentar 'estes assuntos'...

A acção começou pela hora marcada

com a presença de muitas dezenas de associados das cinco organizações promotoras. Não demorou muito, no entanto, até que a rua de Borges Carneiro estivesse completamente cheia com centenas de militares, polícias e guardas, muitos deles acompanhados das famílias, muitos vindos de outras regiões do país. Foi a altura de os líderes das organizações promotoras da acção de protesto discursarem, sendo que, ao local, continuavam a chegar ainda muitos camaradas solidários. As intervenções versaram essencialmente a necessidade de haver Justiça Salarial, não esquecendo, contudo, outras matérias relacionadas com a vida destes cidadãos em uniforme.

Paulo Amaral, Presidente da Direcção da AP, *iniciou as hostilidades* pegando no



Dirigentes das cinco estruturas promotoras da acção de protesto



César Nogueira
APG/GNR



Pedro Lopes
CCP-ASAE



Vânia Pereira
APG/GNR



Paulo Santos
ASPP/PSP



2 eiro-ministro!

exemplo de Praças das Forças Armadas, denunciando os vencimentos de miséria e a carreira inexistente, e demonstrando que não é desta maneira que se retêm e recrutam jovens para guarnecer a base dos 3 ramos militares. Seguiu-se-lhe César Nogueira, Presidente da Direcção Nacional da APG/GNR (e actual coordenador da CCP - Comissão Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança), que destacou, entre outros assuntos, a missão primordial que os guardas da GNR desempenham no Portugal profundo, com escassos meios e reduzidos recursos humanos, para receberem ao fim do mês um vencimento de sobrevivência, quantas vezes muito longe das suas famílias. Branco Baptista, Secretário-geral do Conselho Nacional da AOFA, dirigiu aos presentes, palavras de incentivo à continuação da luta por Justiça Salarial e por direitos a negociar colectiva e efectivamente com quem de direito, à semelhança do que acontece com os outros trabalhadores que exercem funções públicas. Paulo Santos, Presidente da Direcção Nacional da ASPP/PSP, falou de seguida, por exemplo, sobre a escassez de recursos humanos e das condições de habitabilidade dos polícias que, vivendo longe das suas famílias, têm alojamentos que só nos países do terceiro mundo ainda existem, sem que, no entanto, tal seja aceitável.

Nessa altura, os dirigentes dirigiram-se à residência oficial do Primeiro-ministro para entregar o Ofício Conjunto e uma caixa de cartão, a “«caixa das promessas vazias e do nada recebido»”, que foi mostrada aos presentes para que se certificassem que a caixa estava vazia, assim simbolizando o que o Governo de António Costa tem dado a estes profissionais. Como atrás se disse, o líder do governo ‘não conseguiu’ disponibilizar ninguém para receber a delegação, que acabou por, com a cobertura de vários órgãos de comunicação social, regressar sem ter procedido à entrega (quer o ofício, quer a caixa, seriam depois enviados por correio registado com aviso de recepção).

Durante o período em que se tentou proceder à entrega acima referida, foi lido



António Lima Coelho - ANS



Branco Baptista – AOFA



Os cinco dirigentes à porta da residência do Primeiro-ministro: Paulo Santos (ASPP/PSP); António Mota (AOFA); Lima Coelho (ANS); Paulo Amaral (AP) e César Nogueira (APG/GNR)

o conteúdo do ofício por Vânia Pereira, da APG/GNR, e foi apresentada uma nota de apoio à acção de protesto do Secretariado Nacional da CCP - Comissão Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança, por Pedro Lopes, 2º vogal da Direcção Nacional da ASF/ASAE - Associação Sindical dos Funcionários da ASAE. Foi ainda lida uma mensagem de apoio do núcleo da ANS de Ponta Delgada que, tendo convidado elementos das Praças e dos Oficiais da FFAA a prestar serviço em São Miguel, reuniram umas dezenas de camaradas e suas famílias em frente à Câmara Municipal de Ponta Delgada, junto da Estátua de São Miguel, padroeiro da ilha, “*formulando um pedido de proteção e intermediação, na esperança de diálogo entre as APM e Governantes através do acto simbólico do lançamento de moedas de 1 cêntimo no tanque onde essa estátua se destaca*”. Esta mensagem foi muito aplaudida pelas centenas de presentes na concentração em Lisboa, e demonstra bem que é importante lutar, o que se consegue sempre que haja criatividade e empenho em fazê-lo.

Regressou a delegação de dirigentes e foi tempo para numerosas entrevistas e directos televisivos, que antecederam a intervenção de António Lima Coelho, Presidente da Direcção da ANS. Resumiu o que até aí se tinha passado na acção de protesto, sublinhando a pertinência, a importância e a imprescindibilidade da continuação da luta. Esta acção veio na continuidade de outras iniciativas e outras se lhe seguirão de maior ou menor dimensão, de intensidade e geometria variável, conjuntas ou de cada uma das organizações que promoveram o evento. Apelou a que estejamos atentos e disponíveis para participar convictamente em todas as iniciativas futuras, com criatividade e cada vez maior adesão, pois só assim alcançaremos o objectivo de Justiça Salarial. Só com grande adesão e não desvalorizando nenhum tipo de iniciativa o conseguiremos. Quem não luta já perdeu!

Após a entoação do Hino Nacional, pelas 17.00 horas, deu-se por finda a acção de protesto.

Luís Bugalhão ▲

Estruturas Associativas e Sindicais de Profissionais das Forças de segurança e de Militares das Forças Armadas

OFÍCIO CONJUNTO DE 19 DE NOVEMBRO DE 2022

Exmo. Senhor
Primeiro Ministro
António Luís Santos Costa

Tendo em conta a manutenção de uma política injusta de não valorização salarial dos Militares das Forças Armadas e dos Profissionais das Forças de Segurança; a manutenção de uma política de não consagração de uma efectiva negociação colectiva salarial com os Militares das Forças Armadas, e a não consagração de uma política de real e efectiva negociação salarial com as estruturas representativas das Forças de Segurança, a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), a Associação Nacional de Sargentos (ANS), a Associação de Profissionais da Guarda (APG/GNR), a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) e a Associação de Praças (AP) decidiram levar a cabo no dia 19 de novembro de 2022 uma acção de protesto, correspondendo com esta acção às legítimas expectativas dos seus associados, de modo a chamar a atenção de V. Exa para a necessidade de inverter estas inoportunas e danosas políticas.

De facto, perante o enorme capital de promessas eleitorais, discursos laudatórios e elogios quer às Forças Armadas quer às Forças de Segurança, devidas e correspondendo a um sentimento generalizado na população portuguesa, seria de esperar que as legais e legítimas expectativas dos Militares das Forças Armadas e dos Profissionais das Forças de Segurança fossem satisfeitas, e as suas carreiras e condições salariais valorizadas e até colocadas em paridade. No entanto, a oportunidade que a maioria parlamentar existente poderia suscitar ao Governo que V. Exa dirige está a ser usada para oferecer aos Militares das Forças Armadas e aos Profissionais das Forças de Segurança «*uma mão cheia de nada*», junto com «*mais um rol de promessas vazias*».

Assim, retribuindo a cortesia, as estruturas promotoras da acção de protesto, mandatadas pelos seus associados presentes e reunidos na citada acção, vêm proceder à entrega da «*caixa das promessas vazias e do nada recebido*», que se anexa, para que se possa lembrar das injustiças e políticas que pratica, as quais não quis alterar durante a sua governação. Pode ser que assim consiga ter ocasião para realizar a devida contrição e mudar de rumo nas políticas da Defesa Nacional e da Administração Interna que continuam a lesar os Militares das Forças Armadas e os Profissionais das Forças de Segurança.

Com os melhores cumprimentos,

ASPP/PSP - Associação Sindical dos Profissionais da Polícia

ANS - Associação Nacional de Sargentos

APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas

AP – Associação de Praças



Solidariedade com a Acção de 19 de Novembro, em Lisboa, Por Justiça Salarial



Solidariedade desde Ponta Delgada – S. Miguel – Açores



Solidariedade desde Ponta Delgada – S. Miguel - Açores



Solidariedade desde o Funchal - Madeira

Por ordem de entrada em cena, da esquerda para a direita vemos: o ex-ministro da Defesa Nacional (ex-MDN), João Gomes Cravinho, o Primeiro-Ministro (PM), António Costa, a actual ministra da Defesa Nacional (MDN), Helena Carreiras e o actual Secretário de Estado da Defesa Nacional (SEDN), Marco Capitão Ferreira.

São estes que decidem as políticas, na área da defesa, no nosso país (apenas aqui falta o ministro dono do cofre). Foi o que os portugueses decidiram. É o que emana da Lei. Ninguém melhor que os militares, sabe o que são cumprir Leis. São os únicos que juram guardar e fazer guardar a Constituição (a Lei fundamental) e as Leis da República. Uma das regras de qualquer comandante militar, de qualquer escalão, é comandar fazendo-o pelo exemplo. Pelos bons exemplos. Mas também, apontar os maus. Pelo erro, também se aprende. Há profissões que se permitem a errar muito. Já noutras,

errar uma única vez, pode causar danos ao próprio e a muito boa gente. É por isso que os militares são ensinados a errar pouco, e tentam errar pouco, porque o campo de batalha não se coaduna com erros.

Quem mandou publicar a *Portaria nº 345/2019, em 2 de Outubro* desse ano, que aprovou o **Regulamento de Uniformes do Exército** foi o Governo de então, na pessoa do ministro que primeiro aparece na foto junto do nosso PM. Esse, já saiu de cena da Defesa e, a ele, seguiu-se Sra. da outra foto, que tem como “adjunto”, o Sr. da última foto.

Presume-se que quem manda publicar uma Portaria a tenha lido (ou que, pelo menos, algum dos seus muitos adjuntos o tenha feito por si, e lha resuma). E que os titulares das pastas, conheçam minimamente as que tutelam....

Estes Srs. e Sra. tutelaram e tutelam a pasta da defesa. Pese embora este facto,

não são militares de nenhum ramo das Forças Armadas. E não têm de ser (até há um deles que tem como apelido um posto militar mas, isso, ainda, que se saiba, não é o suficiente para se parecer com um, quanto mais para o ser). Mas estes Srs. e Sra. têm por lá muitos militares (Oficiais de elevadas patentes) nos seus gabinetes...

Ora, a Portaria que mandaram publicar (e que se encontra em vigor) é clarinha, e refere no número 2 do seu Artigo 5º - (*Restrições ao uso de uniforme*) que “É proibido o uso de peças de fardamento, dos vários tipos de uniforme previstos no artigo 9º, por pessoas que não sejam militares do Exército.”

Ora, a peça de fardamento que envergamos nas fotos, pertence ao uniforme do Exército.

Se estes Srs. e Sra. não são militares – e no caso, do Exército - não a podem usar. E não a deviam usar. Usando-a, dão um mau exemplo!

E se já é estranho, estes, usarem-na, cer-

tamente também só o fazem porque algum militar (quando das suas visitas às unidades militares que comandam) lhos distribuiu/ofereceu, uma vez que não acreditamos que os mesmos a tenham comprado...

Que estes Srs. e Sra. não saibam o que assinam e mandam publicar, ainda se tolera (que infelizmente sabemos bem o que a casa gasta e com o que contamos).

Que sejam militares a oferecer-lhos, é grave. E que nenhum militar dos seus gabinetes os elucide, é ainda pior!

Ficam estes maus exemplos, para que aprendam e não tornem a envergarem aquilo a que não têm direito! Se têm frio, podem sempre levar uma manta (que, por sinal, nesta questão dos novos camuflados e Gore-tex, anda bem curta... É que muitos militares do Exército, sobre estas peças de fardamento, mesmo a ela tendo direito, só as conhecem das fotografias).

Autor devidamente identificado ▲

XI Congresso do MDM

A força das mulheres em Movimento Por direitos, igualdade, justiça social e paz

Uma delegação da ANS constituída por João Ludovice da Silva (Secretário da Direcção) e Luís Bugalhão (Presidente da Assembleia Geral) esteve presente, a convite, no XI Congresso do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), no passado dia 29 de Outubro de 2022.

A reunião magna do MDM teve lugar no Fórum Lisboa e foi um espaço de debate e cultura em que os problemas da Mulher, de todas elas, seus direitos, aspirações e formas de superação das dificuldades que sentem, foram o tema da maioria das intervenções. Foi também o local em que, a par das homenagens ao papel determinante que elas desempenham no mundo, foram apontados caminhos para a luta pela evolução no sentido da igualdade de género, seja ao nível de salários, seja ao nível da representatividade das mulheres nas várias áreas da nossa sociedade.

Momentos emocionantes viveram-se quando Sultana Khaya – activista saaraui dos direitos humanos, em representação da União Nacional de Mulheres Saaraui, apresentou a sua experiência pessoal de luta pela independência do Saara Ocidental, uma luta que levou e leva a cabo ainda hoje e que inclui prisões, tortura, perseguição a si própria e à sua família, por parte das autoridades marroquinas. Um exemplo de coragem e abnegação.

Para além do debate, o local do congresso dispunha



também de um espaço de encontros, em que a actividade do Movimento nos últimos anos era apresentada. Este espaço continha ainda exposições, como a da ceramista cabo-verdiana Jacira da Conceição, outra dedicada às «Mulheres Saramaguianas», integrada no programa oficial das comemorações dos 100 anos do Nobel da Literatura, em que era exibida uma edição de serigrafias e gravuras inéditas de Joana Vilaverde e Graça Morais, acompanhadas por textos inéditos de Ana Margarida de Carvalho e Ana Luísa Amaral.

A ANS mostra-se grata pelo convite e sublinha o apoio à luta do MDM em prol da igualdade de direitos e da democracia plena. ▲

MAUS EXEMPLOS A NÃO SEGUIR!...





126ª Assembleia Geral da EUROMIL em Berlim - Alemanha

Nos dias 20-21 de Outubro de 2022, a EUROMIL realizou a 126ª Assembleia Geral em Berlim (Alemanha), acolhida pela associação membro DBwV em que a ANS esteve representada pelo delegado da ANS na Assembleia Geral. Rogério Graça, e pelo membro da Direcção da EUROMIL, Lima Coelho.

O Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, abriu a conferência dando as boas-vindas aos delegados e sublinhando o 50º aniversário da EUROMIL, que foi oficialmente celebrado no dia 13 de Setembro passado, em Bergisch Gladbach (Alemanha) e agradeceu à DBwV o apoio na organização desta Assembleia Geral em Berlim.



Emmanuel Jacob

No seu discurso de abertura, salientou os importantes desenvolvimentos que tiveram lugar no sector da defesa ao longo do ano, como a adopção da Bússola Estratégica da UE e do Conceito Estratégico da NATO.

Relativamente à Ucrânia, a EUROMIL apela a conversações diplomáticas e ao cessar-fogo imediato, bem como ao respeito pelo direito e normas internacionais. Os membros da Assembleia Geral fizeram um minuto de silêncio em memória de todos aqueles, militares e civis, que perderam a vida na execução das suas tarefas em defesa dos seus países e da liberdade dos cidadãos.

O Brigadeiro-General Keller, em representação da Ministra da Defesa da Alemanha, salientou que o mundo está a mudar rapidamente, especialmente o panorama da segurança e defesa.

Por sua vez, o vice-presidente da DBwV, Thomas Schwappacher, afirmou também que a coesão entre os Estados europeus é essencial, e só através da cooperação é que os desafios de hoje podem ser superados.



Thomas Schwappacher



#WeAgainstExtremism

O primeiro dia da 126ª Assembleia Geral terminou com uma apresentação da campanha #WeAgainstExtremism (Nós Contra o Extremismo), e a campanha "Faces of Life" (Rostos da Vida).

O segundo dia da reunião começou com apresentações e debates sobre uma variedade de tópicos: a Tenente-Coronel Diana Morais, Chefe do Gabinete para a Igualdade do Ministério da Defesa (Portugal), Presidente do Comité da NATO sobre as Perspectivas de Género (NCGP) fez uma apresentação (via Zoom) sobre a integração da perspectiva de género nas operações militares, enquanto Luise Charlotte Kröger, Investigadora Principal da Academia Holandesa de Defesa, analisou as questões e impactos negativos de hazing e bullying nas forças armadas.

Por sua vez, a Dra. Veronica Bock, Directora do Centro de Educação Ética nas Forças Armadas (zebis), explicou como as alterações climáticas actuam como um multiplicador de ameaças. A este respeito, destacou que as Forças Armadas são enormes emissores e que, para avançarem com as suas capacidades, precisam de se adaptar às alterações climáticas. A sua apresentação centrou-se na explicação das alterações climáticas como multiplicador de conflitos, nas formas como as alterações climáticas afectam as Forças Armadas e nos aspectos éticos das alterações climáticas do ponto de vista da justiça global e internacional.



Luise Charlotte Kröger



Veronica Bock



Philipp Zeller

Philipp Zeller, Presidente da Direcção da "BundeswehrGrün", organização sem fins lucrativos fundada por membros do Exército Alemão, salientou que o objectivo da organização é fornecer conhecimentos especializados a qualquer organização que solicite informações sobre qualquer tópico relacionado com a segurança e o clima. Declarou também que as alterações climáticas representam uma ameaça à segurança internacional e aumentam ainda mais as migrações e os conflitos. Sobre a questão do destacamento de militares em caso de catástrofes naturais, respondeu que por vezes os militares são a única solução, mas que esta não deve ser a razão da existência de Forças Armadas.

A assembleia geral continuou de acordo com a ordem de trabalhos, nomeadamente com a aprovação da associação francesa, UNION-APNM, com o estatuto de observador na EUROMIL, e o prolongamento do estatuto de observador para a RDFRA (Irlanda).

A reunião prosseguiu com a apresentação dos relatórios nacionais dos membros da EUROMIL e o resultado das reuniões regionais que tiveram lugar no início do dia. Globalmente, os membros trocaram opiniões sobre questões de interesse comum, como a igualdade de género nas Forças Armadas, sobre o equipamento de pessoal e particularmente sobre salários.

A reunião terminou com a inauguração de um debate interno sobre o papel da EUROMIL num ambiente geopolítico alterado.

Os delegados da EUROMIL voltarão a reunir-se em Roma (Itália) em Abril de 2023 por ocasião da 127ª Assembleia Geral. ▲





Os militares são trabalhadores como todos os outros, então porque é que tantos países lhes recusam o direito de associação?



*Emmanuel Jacob
Presidente da EUROMIL
1 de Setembro de 2022*

Quando abordamos o tema do pessoal militar e dos direitos sindicais, muitas vezes parece-nos estranho, como se estivéssemos a falar de uma combinação improvável. Contudo, os militares, pelo menos no contexto das forças armadas num Estado democrático, são trabalhadores tal como todos os outros. O que os distingue dos outros trabalhadores é a sua tarefa específica e o uso de um uniforme.

Mas não é esse o caso de inúmeros outros trabalhadores ou funcionários do Estado?

Mas antes de aprofundarmos este assunto, permitam-me que apresente brevemente a Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares (EUROMIL). Fundada em Setembro de 1972 como uma organização representando associações e sindicatos militares na Europa, contamos hoje 33 organizações, entre membros efectivos e observadores, de 20 países europeus. O primeiro e mais importante objectivo da EUROMIL é o respeito e a aplicação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nas forças armadas europeias, mas também respeitado e defendido pelas mesmas. O segundo objectivo é a melhoria das condições de vida e de trabalho do pessoal militar, e o terceiro é a aplicação e a correcta implementação da legislação social, em particular da legislação social da União Europeia, para o pessoal militar.

É consideração essencial da EUROMIL que um militar seja tratado como um “cidadão em uniforme” com os mesmos direitos e obrigações que todos os outros. No entanto, ao compreender plenamente o papel dos militares e o papel que estes podem ter de desempenhar, pode-se dizer que as restrições a esse direito só devem ser permitidas em tempo de operações e em tempo de guerra.

Sem entrar em todos os aspectos jurídicos, quero concentrar-me no Conselho da Europa com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) de 1950, a Carta Social Europeia (CES) de 1961 e a CES revista de 1996. Os artigos 5º e 6º da CES, por exemplo, tratam do direito de organização, do direito de negociação colectiva e mesmo do direito de ter acções colectivas. Além disso, temos a CEDH, que é um documento fundamental do Conselho da Europa. O artigo 11 da CEDH diz basicamente que todas as pessoas têm o direito de associação, incluindo o direito de formar e aderir a sindicatos para a protecção dos seus interesses. Isto não impede restrições legais - assinalo a palavra “restrições” - para os membros das forças armadas. Mas

uma restrição é algo completamente diferente das exclusões praticadas em muitos países onde o direito de associação é proibido aos militares.

Na opinião da EUROMIL, isto não é legal, nem é a correcta aplicação da lei

A realidade dos direitos sindicais nas forças armadas europeias

Vejamos agora como o direito de associação nas forças armadas europeias está organizado na prática. Cerca de metade dos Estados membros do Conselho da Europa excluem o seu pessoal militar do direito de associação e de negociação colectiva, tal como previsto no artigo 11º da CEDH e nos artigos 5º e 6º do CES.

Devemos reiterar que se queremos implementar e respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e se queremos respeitar os direitos sociais do pessoal militar, as associações e os sindicatos têm um papel essencial a desempenhar. Então porque é que tantos líderes políticos e militares recusam o direito de associação? Será que têm medo da transparência? Têm medo de perder a autoridade? Têm medo de ter sindicatos nas forças armadas? Talvez. Mas podem regulamentá-lo, como é o caso em vários países.

Nos Países Baixos, por exemplo, uma associação militar foi fundada já em 1898, e várias décadas mais tarde tornou-se um sindicato. Ao lado, na Bélgica, os primeiros sinais de uma associação militar podem ser encontrados em finais do século XIX. Contudo, uma base legal para transformar estas associações em sindicatos só foi decidida em 1978 e foram necessários quase 17 anos para executar esta legislação. Olhando para a parte norte da Europa, vemos que a Noruega, a Suécia, a Dinamarca e a Finlândia concedem os direitos sindicais totais ao seu pessoal militar.

Outro exemplo é a Irlanda, onde o direito de associação foi negado ao pessoal militar até 1992. Foi necessária uma luta de dois anos com os políticos e a liderança militar antes de a Irlanda introduzir o direito de associação dos militares (embora com um certo número de restrições, incluindo nenhum direito sindical ou negociação colectiva sobre questões sociais e laborais).

Uma vez que estas regras limitaram fortemente a possibilidade de representar plenamente o pessoal militar irlandês, especialmente no que respeita à negociação colectiva dos salários, a EUROMIL apresentou uma queixa no Comité Europeu dos Direitos Sociais contra a Irlanda em 2014. Em Fevereiro de 2018, o Comité de Ministros confirmou, entre outros, que não considera necessária ou proporcional uma proibição total de filiação numa organização de cúpula nacional, como o Congresso Irlandês dos Sindicatos (ICTU), no contexto irlandês. Ainda assim, o governo irlandês bloqueou durante muitos anos a filiação das duas associações militares irlandesas, PDFORRA e RACO, ao ICTU. Foi apenas na Primavera de 2022 que as duas associações acima mencionadas aderiram ao ICTU. Embora este seja um enorme passo em frente

para as associações irlandesas membros da EUROMIL, ainda não foram concedidos, contudo, plenos direitos sindicais.

Existem situações comparáveis, por exemplo, em França, Portugal, Espanha, Itália e Chipre onde os militares podem aderir a associações profissionais, mas não são permitidos direitos sindicais, negociações colectivas, ou aderir a federações sindicais. Como resultado, a EUROMIL decidiu, de acordo com os seus membros portugueses, apresentar uma queixa colectiva contra Portugal. O resultado desta queixa pode ser esperado no início de 2023.

Enquanto a Hungria, Macedónia do Norte, Sérvia e Montenegro concedem direitos sindicais ao seu pessoal militar, outros países como a Bulgária, Polónia e Roménia apenas aceitam associações militares com competências limitadas. Este último é também o caso dos Estados Bálticos.

Já a situação com as forças armadas alemãs é bastante única. A Associação das Forças Armadas Alemãs - a Deutscher Bundeswehr-Verband ou DBwV - foi fundada em 1956. Construída sobre as bases das novas forças armadas alemãs do pós-guerra, nas quais foram aplicados a conduta democrática e princípios como o de cidadão de uniforme. A DBwV é vista como o único parceiro representativo do pessoal militar alemão, mas não faz parte de uma federação sindical.

Representação militar: desejada e necessária?

É claro que cada um pode questionar: porque devemos ter representação militar? A realidade é que todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores em uniforme, precisam de associações e, de preferência, de sindicatos para ajudar a melhorar as suas condições de emprego, a sua posição legal, o seu salário, para melhorar as possibilidades de carreira, a sua educação, o alojamento, bem como os seus cuidados médicos e psicossociais.

O aumento das despesas de defesa, projectos comuns de defesa da União Europeia, tais como a Cooperação Estratégica Permanente, a adopção da Bússola Estratégica e a criação de uma Capacidade de Destacamento Rápido são apenas alguns exemplos da evolução da situação na cooperação das forças armadas europeias; é evidente a partir de desenvolvimentos passados e presentes que é necessária uma forte representação militar através de associações ou sindicatos para nos organizarmos contra o impacto de quaisquer perturbações.

Isto leva-me à conclusão, que os direitos humanos nas forças armadas nem sempre são total ou correctamente implementados. Por conseguinte, devemos continuar a repetir que os militares são cidadãos e trabalhadores em uniforme com os mesmos direitos e liberdades que os seus concidadãos. Ao implementar os direitos humanos, as exclusões não são permitidas, e as limitações devem ser proporcionadas e bem fundamentadas. Só assim se pode garantir o equilíbrio certo entre a missão e as condições de trabalho e de vida dos cidadãos que integram as forças armadas. ▲



“Carta ao Pai Natal”



Caro Diretor do “Sargento”

No passado dia 19 de Novembro assistimos a uma mobilização das várias Forças de Segurança em vários pontos do País, mas com grande concentração em Lisboa, onde obviamente se encontra o poder político e por isso, o ponto de decisão.

As Associações Profissionais Militares (APM's) participaram e os Sargentos de Portugal fizeram-se representar pela ANS de forma ordeira e organizada, como aliás sempre nos habituaram e nos inspiram a fazê-lo.

Na altura assistimos à tentativa de entrega de uma caixa vazia ao Exmo. PM, simbolizando que as novas políticas e promessas no melhoramento das condições destes também cidadãos, que contribuem para o bem-estar e segurança de todos os Portugueses, onde se inclui a classe Política, se perspectivam como insuficientes e traduzem-se em nada.

Não se encontrava ninguém na sua residência para receber aquela caixa simbólica e, por conseguinte, quem deveria ouvir os lamentos e necessidades que estes cidadãos de utilidade Pública e seus familiares estão a passar, representados por aqueles que até têm o dever de Tutela para com estes cidadãos, escusaram-se ao seu dever uma vez mais para com estes seus representados.

Desta forma e porque nos encontramos numa época festiva, resolvi escrever ao Pai Natal, quiçá ele nos ouça e entregue como presente aos nossos representantes, não aquela caixa vazia, mas uma caixa que contenha todas as soluções para os nossos problemas, inclusive que iluminem as mentes e lhes forneçam as ideias e soluções necessárias para resolverem os problemas não só dos militares e das Forças de Segurança, mas de todos os Portugueses em geral.

Assim Sr. Diretor, solicito que faça chegar esta carta ao “Pai Natal”, com aquelas que considero poderem ser as necessidades e soluções que enumero abaixo:

Vencimento, suplementos e subsídios:

- Actualização de nova tabela remuneratória, deve ser alvo de análise a proposta da ANS, de forma a serem actualizadas e mais equilibradas entre as categorias de Oficiais e Sargentos ou Praças;

- Promover um único SCM (suplemento de condição militar), comum a todos os militares sem excepção, visto o objectivo ser comum e transversal a qualquer militar e categoria, independentemente do Posto;

- Promover da mesma forma e tendo em conta o princípio do parágrafo anterior, um único suplemento aéreo comum a todos os militares que obedeçam às condições necessárias para o auferir;

- Da mesma forma, a atribuição de Subsídio Insular aos militares das Regiões Autónomas, reconhecido a muitas outras profissões;

- Promover ajudas de custo de representação condignas e sérias, justificando assim o objectivo para o qual foram criadas, seja custear as despesas que qualquer militar contraia durante uma missão de serviço para o qual foi designado oficialmente em representação da sua Unidade;

- Que se cumpram as promoções nas alturas certas, ou quando isso não ocorrer, que os militares vejam as actua-

lizações dos seus vencimentos a partir da data da sua real promoção;

Carreira condigna:

- Promover as funções de cada militar a desempenhar em cada secção, actualizando o RGSUOE e colocando em NEP na organização de cada subunidade/secção a todos os níveis ou escalões, de forma a cada militar conhecer as suas funções e responsabilidades de modo a privilegiar uma avaliação credível e justa que vise ainda a sã camaradagem e continuidade funcional;

- Sabendo que a reforma é calculada através de uma fórmula baseada na carreira contributiva e tempo de serviço, sabendo ainda que alguns militares pagaram o SMO, tendo sido reconhecido esse tempo sem haver necessidade de o pagar, bem como aumentos de tempo de serviço a que tinham direito a fim de lhes serem reconhecidos esses aumentos de tempo em alturas que previam a passagem à reserva e que entretanto viram goradas as suas expectativas, mas não viram a devolução das verbas despendidas com o argumento de que à passagem à reforma se iria encontrar o melhor sistema com o intuito de não prejudicar o militar, o que não parece ser de todo esclarecedor. Acha-se necessário promover a opção de ressarcimento das verbas pagas por agora não haver necessidade de o fazer, ou em opção, já que a fórmula de cálculo recai em apenas 36 ou 40 anos de serviço, contemplar aquele extra já em cofre da Instituição (CGD/SegSocial), como um extra à pensão de reforma que pode ser pago em prestações fixas ou de uma só vez, após apurado o valor que o militar pagou com correcção de juros desde a altura em que fez a contribuição até à altura da reforma e supõe-se vir a auferir daquela verba, como se de um Fundo de Pensões ou PPR se tratasse;

- Promover a real igualdade de direitos e oportunidades, bem como a equidade nas oportunidades, conforme consta na Constituição Portuguesa e no CPA e que cada vez mais vemos serem violados;

- Promover uma avaliação justa, estabelecendo primeiramente as médias nacionais divulgadas pelas Unidades dentro do universo de avaliados, consoante os postos para que os Comandantes se organizem dentro das suas Unidades;

- A reposição da contagem de tempo do ano de 2011 que tem vindo a prejudicar imensos militares, provocando serem ultrapassados e arriscando-se a nunca serem promovidos. O ano de 2011 penalizou todos aqueles que foram promovidos até Dezembro de 2010 em relação a quem foi promovido posteriormente, já que só voltaram a haver promoções em finais de 2012 para militares do curso que foi promovido em 2010 e, logo de seguida, a partir de 01 janeiro de 2013 as promoções dos cursos subsequentes de uma forma contínua. Atendendo a essa situação, se percebe que os de 2010 perderam cerca de 2 anos na sua antiguidade no posto em relação aos promovidos posteriormente, que se aproximaram daqueles ultrapassando-os inclusive. Promover assim a reposição do tempo perdido aos militares que tendo sido já promovidos, viram-se ultrapassados ou camaradas ganharem-lhes esse tempo, de forma a compensar o prejuízo anterior com vista ao próximo posto;

- Reconhecer de uma vez por todas aos Sargentos que ingressam no QP lhes seja atribuído o nível académico equivalente a licenciatura, conforme tem vindo a ser anunciado e legislado, ainda que tenha de fazer alguma formação no IUM para lhe ser reconhecida. Da mesma forma, promover a licenciatura a todo o universo dos Sargentos do QP que já se encontram nas fileiras, baseado no tratado de Bolonha por exemplo, atendendo à sua experiência de vida, ou ainda por formação específica ou equivalente que pode ser frequentada por ensino à distância;

Assistência médica:

- Que os descontos incidam apenas sobre 12 meses e seja possível uma redução dos descontos para a ADM, conforme planeado anteriormente por constatação de que os 3,5% do vencimento estarem bem acima do necessário à sustenta-

ção do subsistema de saúde dos militares;

- Promover ainda uma melhor divulgação da forma do processo de ressarcimento de facturas e na agilização do mesmo, originando um ressarcimento mais célere. Envio de facturas pelos próprios para os locais de tratamento mais a montante e respectivos comprovativos através de plataforma digital, de forma a facilitar também quem se encontra no exterior;

- Promover junto do IASFA, protocolos e convénios com serviços nesta área que sirvam os interesses dos militares, principalmente nas zonas onde essa assistência seja mais precária ou inexistente. Como exemplos, o interior do continente e os arquipélagos da Madeira e Açores;

Na sequência de tudo que foi discriminado acima, promover o real diálogo com as APM's, visto serem estas quem melhor conhece as dificuldades e saberão encontrar as melhores soluções para resolver e defender os seus associados. Permitir ainda a representação jurídica necessária pela ANS nos assuntos dos Sargentos, principalmente dos seus associados sempre que virem lesados os seus direitos, intermediando a sua resolução com a Administração ou judicialmente sempre que se justificar, prestando apoio jurídico real ou no auxílio à elaboração de qualquer documento necessário para o efeito.

Só assim poderemos obter um diálogo credível e sério com vista à resolução dos problemas que nos afectam e cumprir o consagrado na nossa legislação e sempre juramentado cumprir por quem nos governa, discriminado na CRP e que passo a transcrever alguns:

A CRP (Constituição da República Portuguesa), que todo e qualquer militar jurou defender, tem como Artigo 1º “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”, o seu Artigo 9º descreve as Tarefas fundamentais do Estado das quais destacam-se as alíneas:

d) “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais”;

h) “Promover a igualdade entre homens e mulheres”;

Ainda na sua Parte I – Direitos e Deveres Fundamentais, enumera uma série de Princípios dos quais destacam-se os:

Artigo 13º (Princípio da igualdade);

Artigo 18º (Força jurídica);

Artigo 21º (Direito de resistência);

Artigo 23º (Provedor de Justiça);

Já o CPA (Código do Procedimento Administrativo), no qual assenta a actividade administrativa da Administração Pública, no seu Capítulo II refere os “Princípios gerais da actividade administrativa”, do artº 3º ao 19º, todos eles importantes para uma boa administração, no entanto destacam-se:

Artigo 3.º Princípio da legalidade;

Artigo 5.º Princípio da boa administração;

Artigo 6.º Princípio da igualdade;

Artigo 9.º Princípio da imparcialidade;

Artigo 10.º Princípio da boa-fé;

Deixo assim o meu pedido ao Pai Natal, na esperança de que este me ouça e atenda aos meus pedidos, fazendo chegar com a sua humildade e sabedoria a minha mensagem e atender ao meu/nosso desejo de poder vir a festejar a próxima Quadra Natalícia da forma condigna que todo e qualquer cidadão deve passar com a sua família.

Bem-haja, Sr. Diretor por fazer chegar esta minha carta àquele que é neste período a personificação do Bem, da solidariedade e toda a Bondade que possa existir neste Mundo.

Votos de um Feliz Natal e Boas Entradas no novo Ano 2023.



Cartas ao Director

ABATES AO QUADRO! Agrava-se o Drama!

Senhor Director

Sou o sócio da ANS e Sargento do Exército Português. Venho, por este meio, informar sobre a minha decisão de interpor um requerimento de Abate aos Quadros, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2022.

Decidi abandonar o Exército Português ao fim de mais de 18 anos de serviço efectivo, após muita reflexão e avaliação dos prós e contras entre ambos os caminhos (manter-me na vida militar ou optar pela vida civil), não sem antes ter submetido um requerimento de licença ilimitada (entretanto negado) para que não houvesse necessidade de cortar completamente o vínculo ao Exército.

Considerarei particularmente curiosa a justificação que me foi dada para o indeferimento do requerimento: “[...] *Da análise efetuada nesta Divisão, quanto aos efetivos existentes, chegou-se à conclusão de que, de um ponto de vista de gestão, em virtude de as existências em SAJ (Sargento-Ajudante) serem inferiores ao efetivo estrutural daquele posto e não se encontrarem supridas as necessidades previstas nos Quadros Orgânicos do Pessoal, verifica-se inconveniente na concessão da licença requerida, tendo sido determinante o critério abaixo elencado: Existem 1100 SAJ na estrutura das Forças Armadas, no entanto, as necessidades neste posto são superiores, de 1223, havendo um défice de 123 SAJ na estrutura das Forças Armadas.*”.

Acho curioso que a Direcção de Administração de Recursos Humanos, entidade que tutela os recursos humanos do Exército, se pronuncie em nome das Forças Armadas. Não deixa, ainda, de ser particularmente estranho que, havendo falta de pessoal, pelo menos no posto de SAJ, não hajam mais promoções a esse posto e não haja esforço para que sejam revistas as tabelas salariais, bem como, seja revista a carreira para benefício da mesma.

É com muita mágoa e tristeza que abandonarei a vida militar que sempre apreciei, com todos as suas virtudes e requisitos. Ainda não a abandonei e já sinto saudades dos meus camaradas e do espírito que se vive com os que mais directamente se trabalha e se serve.

Infelizmente, ao longo dos anos temos sido penalizados com cortes, taxas e sobretaxas, congelamentos e outros artifícios que fazem com que o nosso poder de compra tenha ficado cada vez mais comprimido e reduzido. Isto aliado ao facto de toda a inflação que não tem parado nem congelado como os nossos ordenados.

Num exercício simples, em 2010, eu era Segundo-Sargento e encontrava-me posicionado no segundo nível remuneratório. Neste momento, também me encontro no segundo nível remuneratório do posto de SAJ. Ou seja, ao fim de 12 anos e duas promoções, o diferencial líquido é de aproximadamente 116€. No final de contas, houve um aumento médio de pouco mais de 10€ anuais que, para além de ser manifestamente baixo, como sabemos, não se verificou dessa forma.

Para além deste factor com enorme peso, alia-se a falta de dever de tutela das nossas chefias e reconhecimento pelas nossas chefias, criando situações em que parecem querer criar um clima de “cada um por si”.

Ainda que se saiba que os militares não têm direito às 1ª e 3ª refeições quando deslocados, procurava-se fazer um esforço para que pudessem haver refeições para aqueles que não tinham possibilidade de as tomar em casa, dada a distância a que se encontram na unidade de colocação. No entanto, desde Maio, deixaram de ser servidas estas refeições aos graduados na messe da Unidade em que presto serviço, onde tomavam a refeição graduados na situação de deslocados (a maioria a bem mais de 150km de casa) colocados não só na referida Unidade, como também em muitas outras nas proximidades.

Cheguei a um ponto em que não sou capaz de recomendar a vida militar a qualquer jovem em virtude de tudo o que ela acarreta relativamente ao que é remunerado.

Não pode ser exigido a um Soldado que vá fazer patrulhas aos fogos, sendo avisado com menos de 24h de antecedência, que faça, por vezes, dois serviços (ambos da mesma escala), na mesma semana, por falta de efectivos, que tenha disponibilidade permanente, para tudo, e que lhe seja remunerado pouco mais que o ordenado mínimo. Qualquer empregado num supermercado (simplesmente um exemplo, nada tenho contra esta profissão, pois também mereciam auferir mais), sabe o seu horário para a semana e não tem de fazer serviços de 24h, nem está sujeito ao regulamento disciplinar militar.

Posto isto e não sendo avistáveis quaisquer perspectivas de melhorias, apesar da tristeza, com algum desgosto, entendi que o melhor será ter de terminar o meu vínculo com o Exército.

Com os meus melhores cumprimentos,

Leitor Devidamente Identificado

Dedicado aos meus estimados Camaradas

Cesário Guerra (MAR), Pedro Malveiro (FAP), Carlos Colaço (EXE)

e António Lima Coelho (FAP)

CAMARADAGEM

Das vitórias e derrotas de uma vida

Construímos nossas causas, e valores.

Sabemos que não é sempre de “amores”

Que se faz toda a distância percorrida.

Sempre que haja ingratidão daqueles que serves,

Não te importes, tens uma missão mais nobre,

Quanto mais o horizonte se descobre

Mais te impele a fazer aquilo que deves.

Em ti, há o PORTUGAL que defendes

E a tua alma não vendes

Por nenhum soldo ou mesada.

Entre “fadas, bruxas más e até duendes”

Tudo é fácil quando claramente entendes

O valor de um verdadeiro Camarada.

João Menezes dos Santos, SMOR/MUS

24 de Outubro de 2022

Protocolos ANS

Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em

www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmaciasprogresso.pt)

- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY

- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

O sentimento de injustiça que, desde há anos, atinge os Sargentos de Portugal relativamente a vários aspectos negativos e prejudiciais da legislação que se nos aplica, com particular incidência no que ao regime remuneratório diz respeito, tem motivado intensa actividade. A perspectiva a discussão sobre mais um orçamento de Estado, desta feita para 2023, não podia deixar de trazer variados trabalhos e acções junto das entidades competentes e necessariamente junto da nossa massa associativa.

De alguma dessa actividade apresentamos em seguida um resumo:

11OUT – Mesa Redonda sobre “Bases para uma Estratégia...”, organizada e promovida pelo IASFA, nas instalações do CAS-Oeiras. ANS representada por L.Coelho, J.L.Silva e L.Bugalhão;

12OUT – Visita/Palestra da ANS no Campo de Tiro – Alcochete. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão, J.L.Silva e L.Bugalhão;

12OUT – Apresentação do livro do MGen Jorge Aires, nas instalações do CAS-Lisboa. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço, J.Galvão, R.Maricato, L.Bugalhão e A.Martins;



13OUT – Reunião com Sargentos da Marinha, na sede social. ANS representada por L.Coelho;

13OUT – Reunião entre dirigentes das APM na sede da ANS. ANS representada por L.Coelho;

14OUT – Seminário sobre “Inovação Social”, organizado e promovido pelo IASFA, no Auditório do CAS-Oeiras. ANS representada por L.Coelho;

17OUT – Reunião com Sargentos da FAP na sede social. ANS representada por L.Coelho;

19 a 22OUT – 126ª Assembleia-Geral da EUROMIL em Berlim, Alemanha. Delegação da ANS composta por L.Coelho e R.Graça;

21OUT – Vigília em Belém, organizada e promovida pela Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança. ANS representada por L.Bugalhão;



25OUT – Tribuna Pública organizada e promovida pelas APM, junto do Ministério das Finanças, em Lisboa;



26OUT – Audição da ANS na Comissão de Defesa Nacional, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e R.Graça;

27OUT – Participação das APM, a convite da Frente Comum, na Concentração em frente à Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;



28OUT – Entrevista na TV-Kuriakos, em Loures. ANS representada por L.Coelho;

29OUT – XI Congresso do MDM – Movimento Democrático de Mulheres, no Fórum Lisboa. ANS representada por J.L.Silva e L.Bugalhão;

02NOV – Cerimónia alusiva ao Dia de Finados, promovida pelo núcleo de Lisboa da Liga dos Combatentes, no cemitério do Alto de S. João. ANS representada por L.Coelho;

02NOV – Reunião com militares da FAP na sede social. ANS representada por L.Coelho;

02NOV – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

04NOV – Reunião na sede social da ANS com ASPP/PSP, ANS, APG/GNR, AOFA e AP. ANS representada por L.Coelho, N.Mateus e J.Pereira;

07NOV – Reunião com Sargentos da FAP na sede social. ANS representada por L.Coelho;

08 a 10NOV – Conferência Anual da EuroCOP, em Málaga, Espanha. EUROMIL representada por E.Jacob e L.Coelho;



11NOV – Cerimónia, em Belém, alusiva ao 104º aniversário do Armistício, 101º aniversário da Liga dos Combatentes e 48º aniversário do fim da Guerra Colonial. ANS representada por J.L.Silva;

11NOV – Reunião com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, no Ministério da Defesa, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e L.Bugalhão;



11NOV – Reunião via plataforma ZOOM com dirigentes da ASPP/PSP, da ANS, da APG/GNR, da AOFA e da AP. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e L.Bugalhão;

12NOV – Cerimónia alusiva ao 30º aniversário da AOFA, realizada nas instalações do CAS-Oeiras. ANS representada por L.Coelho;



14NOV – Visita/Palestra da ANS no Aeródromo de Trânsito nº 1, Figo Maduro, Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, N.Mateus, R.Graça, J.Galvão e F.G.Silva;

19NOV – Iniciativa conjunta “Acção de Protesto por Justiça Salarial”, junto da residência oficial do Primeiro-ministro, em Lisboa, organizada e promovida pelas ASPP/PSP, ANS, APG/GNR, AOFA e AP;

24NOV – Manifestação organizada e promovida pela ASPP/PSP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Galvão e L.Bugalhão;

02DEZ – Reunião da Direcção da EUROMIL em Berlim, Alemanha. ANS representada por L.Coelho;

06DEZ – Reunião com Sargentos do Exército na sede social. ANS representada por L.Coelho;

07DEZ – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

09DEZ – Reunião/Debate organizada e promovida pelo Núcleo da ANS de Ponta Delgada, S. Miguel, Açores. ANS representada por L.Coelho.



Quando se prepara enviar esta edição para a gráfica, ou seja, à hora do fecho desta edição, estão em preparação inúmeras actividades que passam por visitas/palestras a unidades militares, iniciativas e jornadas de luta e reflexão por melhores condições remuneratórias, de carreira, sociais e assistenciais, a par da análise e estudo sobre legislação recentemente publicada e a elaboração de projectos e de documentos que conduzam a uma melhoria das condições de vida e de trabalho dos Sargentos, para apresentar junto dos responsáveis governativos, chefias militares e massa associativa.

Paralelamente a todos estes trabalhos e actividades, que decorrem a nível nacional e internacional, dado o envolvimento na e com a EUROMIL, estão em curso os preparativos e trabalhos inerentes às comemorações do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento em 2023 que, a 28 de Janeiro próximo, coincidirá com a Assembleia Geral Eleitoral para os órgãos sociais que conduzirão os destinos da ANS no biénio 2023/2024.

Desta intensa actividade e dos resultados obtidos, bem como de outras notícias ou matérias relevantes para os Sargentos de Portugal, daremos conta na próxima edição do jornal “O Sargento”! ▲



31 de Janeiro

DIA NACIONAL DO SARGENTO

Casa do Alentejo – Lisboa

28 de Janeiro de 2023

09H00 – Abertura da Assembleia Eleitoral

10H30 – Início da Sessão Comemorativa

13H00 – Conclusão dos Trabalhos

13H15 – Almoço de Confraternização

131º Aniversário da Revolta do Porto



Associação Nacional de Sargentos

Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de “Cidadãos em Uniforme”, e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o “espartilho” criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates! E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!



**“Associa-te!
Vem dar mais força
à força dos Sargentos
de Portugal”!**